

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 20/06/2016

- [Vara Regional da Infância e Juventude da 6ª Circunscrição realizou o 1º Curso Preparatório para Pretendentes à Adoção](#)
- [Projeto propõe combate à violência contra crianças e jovens em ilhas](#)
- [Brasil - Casamento infantil que não se vê](#)
- [Os jovens não são ouvidos na escola, afirmam especialistas](#)
- [Lei obriga unidades de saúde de PE a instalarem brinquedotecas](#)
- [Videoconferência divulga Programa Acolher para profissionais da rede de proteção da criança e do adolescente](#)
- [ADEPESC - STJ reconhece que a Defensoria Pública tem direito ao prazo em dobro inclusive no âmbito da Justiça da Infância e Adolescência](#)
- [Juíza e testemunhas se fantasiam de princesas para comemorar adoção de menina](#)
- [PM encontra 5 crianças abandonadas e com sinais de maus tratos em PE](#)
- [Programa canadense abre edital para promoção do desenvolvimento infantil](#)

Assunto: Vara Regional da Infância e Juventude da 6ª Circunscrição realizou o 1º Curso Preparatório para Pretendentes à Adoção

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 20/06/2016



O Curso Preparatório para Pretendentes à Adoção foi realizado nos dias 16 e 17 de junho deste ano, no Fórum Professor Aníbal Bruno, em Palmares - PE, e contou com a participação de 09 pessoas que têm interesse de se habilitarem no Cadastro Nacional de Adoção.

No dia 17/06/2016, o curso foi ministrado pela assistente social Magaly Andréia Barreto e pela psicóloga Alina Eucaris, que abordaram sobre a questão da motivação da adoção para os presentes, como também sobre a necessidade de quebrar paradigmas à respeito do perfil das crianças e adolescentes a serem adotados. Na oportunidade, um casal habilitado pela Comarca de Escada e que está em estágio de convivência, contou sua experiência na mudança de perfil de uma criança de até 08 anos para adolescente de 12 anos, demonstrando a total satisfação no processo de adoção.

No período vespertino, a equipe interdisciplinar realizou visita ao abrigo juntamente com os pretendentes, momento em que a coordenadora da ASPP (Ação Social Paróquia Palmares) - Rose Lira, explanou sobre o funcionamento da instituição de acolhimento.

Na manhã do dia 18/06/2016, o curso contou com a participação do Juiz Auxiliar da Vara Regional da Infância e Juventude - Dr. Ricardo de Sá Leitão Alencar Júnior, que esclareceu sobre os trâmites legais para adotar uma criança/adolescente. Também se fizeram presentes o Promotor de Justiça da Infância e Juventude - Dr. João Paulo Pedrosa e a Defensora Pública Mariana Resende, os quais discutiram sobre o papel do Ministério Público e da Defensoria Pública nos processos de destituição do poder familiar e adoção, além dos motivos que expõem as crianças e adolescentes a situações de risco.



Assunto: Projeto propõe combate à violência contra crianças e jovens em ilhas

Fonte: Portal Andi

Data: 20/06/2016



Um projeto coordenado pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Ananindeua, em parceria com o ProPaz e rede de atendimento à criança e ao adolescente, irá auxiliar na identificação, prevenção e combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes que vivem nas ilhas do município de Ananindeua, na Grande Belém.

De acordo com o promotor Carlos Eugênio Rodrigues, a proposta surgiu a partir de relatos de abuso sexual de crianças e adolescentes residentes na comunidade Nova Esperança, denunciados pelas lideranças comunitárias do Curuçambá ao Conselho Tutelar I, que encaminhou o caso ao ProPaz, Creas II, equipe volante do CRAS Curuçambá e ao Ministério Público.

Após visitarem o local, os representantes dos órgãos colheram depoimentos e constataram a ocorrência de diversas situações de violência sexual contra crianças e jovens nas ilhas de Ananindeua que ainda não foram informadas às autoridades em razão do medo dos moradores em denunciar os agressores.

“Consideramos importante que as ações desenvolvidas sigam uma perspectiva multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial, criando, de fato, uma rede de proteção às vítimas de violência sexual nas ilhas de Ananindeua”, destacou o promotor sobre o mecanismo de execução das ações.

Articulação

A primeira atividade do projeto será o fortalecimento da rede de atendimento através da realização do curso “Formação para os atores sociais envolvidos com o sistema de garantia de direitos da criança e adolescentes no município de Ananindeua”.

A proposta é mobilizar, formar e treinar líderes comunitários, professores, líderes religiosos, e agentes de saúde para identificar e denunciar a violência sexual contra crianças e adolescentes e atuar na prevenção dessa violência, numa perspectiva de fortalecimento da rede e de continuidade ao atendimento.

A rede sugere ainda ações de articulação, conexão, vínculo, ações complementares, relações horizontais entre os parceiros, interdependência de serviços para garantir a totalidade da atenção aos segmentos sociais vulneráveis ou em situação de risco social ou pessoal. Além de levar informações às comunidades das Ilhas de Ananindeua, de como prevenir, identificar e combater a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Assunto: Brasil - Casamento infantil que não se vê
Fonte: Portal Andi
Data: 20/06/2016



Se você pensa que casamento infantil é absurdo praticado somente na Índia, faz parte da maioria de cidadãos que – como eu e gestores de muitas instituições públicas – precisa nacionalizar o olhar e mirar para o próprio umbigo. Esta é uma tragédia invisível no Brasil. Pior: “Ninguém está pensando nesta questão”, alerta Alessandra Nilo, coordenadora da Gestos, ONG do Recife voltada para defesa de Direitos Humanos, comunicação e gênero. “Temos dados muito preocupantes e a bandeira não faz parte de nenhum movimento de mulheres, de crianças, dos que tratam da violência, nem dos que pensam em HIV/Aids”, explica ela, que acaba de participar em Nova York do lançamento de campanha das Nações Unidas/Unicef preocupada com o combate a uniões precoces.

O perfil brasileiro não repete o dos tradicionais casamentos arranjados por parentes na África, Ásia e Oriente Médio. O fenômeno que ocorre aqui é o da “naturalização” de uma relação de meninos e meninas com parceiros mais velhos. Conta ainda com os fatores pobreza e informalidade. A criança ou adolescente engravida, algumas são obrigadas a casar; outras são seduzidas, violentadas e seguem para morar com o homem mantendo uma cultura machista de “limpar a honra da família”. Há casos em que a escolaridade e a condição social e financeira da criança ou adolescente e família a empurra para essa condição. “O que nós defendemos com a campanha é a desagregação dos dados principalmente dessa faixa etária dos 10 a 14 anos”, diz, repassando o foco das discussões com outros países e fazendo uma relação com os novos objetivos da ONU para o desenvolvimento sustentável. A desagregação tende a escancarar uma realidade mais crua.

Acredita-se que mais de um bilhão de meninas e mulheres poderão ser vítimas de casamentos prematuros até 2030, prevê o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), sendo a maior parte concentrada em 12 países da África, Ásia e Oriente Médio. Em 61 países a taxa de prevalência de casamentos infantis (até 18 anos) é de 20%. São crianças ou jovens que assumem responsabilidades, que se tornam mães e pais muito novos. Nos países em desenvolvimento, uma em cada três mulheres jovens, entre 20 e 24 anos, especialmente nas zonas rurais, casa-se antes dos 18 anos.

No Brasil, uma pesquisa intitulada “Ela vai no meu barco”, baseada no Censo do IBGE de 2010, mostra que 88 mil meninas e meninos com idades entre 10 e 14 anos vivem em uniões consensuais, civis ou religiosas. Realizada pelo instituto internacional Promund, em parceria com a Plan Internacional Brasil e a Universidade do Pará entre 2013 e 2015, o relatório final expõe ainda relatos reveladores sobre o que se passa entre as meninas e meninos imaturos que se unem a homens e mulheres mais velhos. Um deles traz a história de uma menina pobre de 13 anos da periferia de São Luís, no Maranhão, que queria curtir a vida à moda das amigas, que conheceu um homem de 36 anos e com ele foi morar. Aos pesquisadores, disse que, se não fosse esse o seu caminho, estaria prostituindo-se como as irmãs. Outra garota de Belém

(Pará) com 12 anos conheceu um rapaz de 19 anos, tendo namorado com ele por três meses até que passaram a dividir o mesmo teto. “Não gostava muito dele. Eu só fui mesmo pelo fato de meu padrasto. Aí, na conveniência nossa, ele me fez aprender a gostar dele”. Cada uma com sua história.

De acordo com o Unicef, o casamento infantil de crianças, adolescentes e mulheres, gênero com maior número de vítimas, é nocivo porque as envolvidas ficam mais propensas a deixar a escola, sofrer violência doméstica, ter complicações na gravidez e parto, contrair HIV e Aids e colabora com a manutenção da pobreza. Esta campanha desnuda um tema necessário. Sobre o Recife, Alessandra Nilo, da Gestos, enfatiza um dado que pode ser indício do quão existentes são os casamentos infantis na capital pernambucana: “Na faixa etária entre 10 e 14 anos, a gente não consegue reduzir a incidência de gravidez”.

Talvez um pouco da Índia esteja logo ali.

Assunto: Os jovens não são ouvidos na escola, afirmam especialistas

Fonte: Portal Andi

Data: 20/06/2016



Nos últimos meses, estudantes secundaristas das escolas públicas de todo o Brasil tem ocupado as escolas que frequentam, lutando por reivindicações diversas. Entre elas, a maior participação na gestão da instituição, já que muitos se queixam de não ser ouvidos pela direção nos mais diferentes assuntos relativos ao ambiente escolar do qual fazem parte. A demanda dos jovens é por uma gestão mais democrática das unidades de ensino e das redes e secretarias que as coordenam. Especialistas no tema são unânimes em afirmar que a participação, da forma como se dá hoje, está longe de ser ideal.

“O que é participar? Esse é o problema. Num exemplo simples: ir a um casamento é participar do casamento, mas esse participante não é ouvido, não decide nada e tem de se acomodar ao que está posto. Esta é a participação que os dirigentes desejam: figurantes sem efetiva participação – pais, familiares e estudantes são convidados a assistir uma encenação. Quando começam a realmente dar opiniões, demandar ou criticar, são rechaçados, ignorados e até humilhados. Nenhum dirigente deseja a presença de quem participa de verdade ou ameaça quebrar a rotina de suas ações”, critica Katia Siqueira de Freitas, pedagoga e professora da Universidade Católica de Salvador e que já atuou no Programa de Formação Continuada de Gestores em Educação Básica (UFBA/ISP/MEC) e no Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime).

Segundo Katia, os fatos atuais mostram que o jovem brasileiro deseja participar da escola e ser protagonista no cenário educacional nacional. “A escola precisa entender o momento dos estudantes e acatá-los com respeito e carinho, ouvi-los, escutar e dialogar com eles. O jovem deseja participar e ser atuante”, afirma. “Empoderar, ouvir, conversar de igual para igual e conversar sem reprimir são soluções. ”

Hyrlla Tucci Leal, professora-assistente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e especialista em gestão escolar, afirma que a gestão democrática pressupõe a ruptura com os paradigmas tradicionais que a escola costumava seguir e prevê espaços dinâmicos de interação de saberes e delegação de poder.

“Como se observa nos últimos meses, a mobilização estudantil se deu por vários fatores: falta de diálogo com os responsáveis pelas medidas tomadas em Educação, falta de parceria com a comunidade escolar e social e de seus agentes envolvidos, falta de negociações com os responsáveis pelas escolas e falta de transparência em relação às propostas de reestruturação. Os alunos desejam ser ouvidos”, pontua.

Segundo ela, a partir do momento em que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9394/96) foi implantada, tornou-se uma exigência legal a transformação da gestão escolar autoritária numa gestão democrática que conceda autonomia pedagógica, administrativa e financeira,

construída contínua e coletivamente. “Porém, há um desequilíbrio de poder no compartilhamento de soluções de problemas que envolvem os estudantes e que nos remete também à falta da gestão democrática e compartilhada na escola. Sem construir pontes com os alunos e outros membros da comunidade escolar, os protestos deverão continuar, pois o espaço livre de discussões está colocado e há necessidade urgente de chamar os jovens a assumir parcerias em relação aos problemas que surgem e suas respectivas soluções.”

Para o professor João Ferreira de Oliveira, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) e especialista em gestão escolar, os alunos não podem ser vistos como receptores passivos de tudo o que a escola faz. "A democracia é um passaporte para garantir que todos tenham condições de construir uma vida digna e sem participação não há como isso acontecer", diz. "O salto de qualidade na nossa Educação não vai se dar sem a participação dos alunos. Nosso maior desafio é envolvê-los nisso, mantendo um diálogo para que deem valor para essa gestão democrática."

Dados

O tema da gestão democrática não é novo e é considerado pelos especialistas em Educação como um dos maiores entraves da área. Tanto que consta no atual Plano Nacional de Educação (PNE), vigente desde 2014, na meta 19: “assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto”. Entre as estratégias para o cumprimento da meta, algumas se destacam por mencionar a participação dos estudantes e da comunidade escolar. É o caso da estratégia 19.1, que estabelece a criação de uma legislação para a gestão democrática nas escolas; da 19.6, que aumenta a participação da sociedade na construção do projeto político pedagógico e, principalmente, da 19.4, que visa o fortalecimento dos grêmios e associações de pais e mestres (APMs).

No entanto, o Brasil, carece de dados oficiais que mostrem, na prática, se a gestão das unidades de ensino é realmente democrática. São poucas as estatísticas disponíveis. Entre elas, está a porcentagem da participação da comunidade na gestão educacional, que mostra quantos municípios possuem Conselho Municipal de Educação com representante de pais e alunos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), 80,3% (ou 4.471 cidades) dos municípios brasileiros têm essa representatividade, sendo o Sudeste a região com a maior média (83,2%) e o Norte, com a pior (65,8%). Entre as prefeituras que afirmam não ter representantes, seis sequer possuíam conselho, órgão indispensável para que efetive uma gestão verdadeiramente democrática.

Além desse dado, o País só dispõe da porcentagem de escolas de 9º ano com alunos nos conselhos escolares, medida a cada dois anos pelo questionário da Prova Brasil. Os dados da última edição mostram que 79% delas afirmam ter alunos nos conselhos.

Para Hyrla, a questão da gestão de democrática é histórica, uma vez que muitos jovens só passam a dar mais valor à Educação quando entram na universidade, pela exigência do mercado de trabalho. “A meu ver, somente quando a escola reconhecer o jovem como indivíduo de potencialidades e talentos e o seu currículo for mais interessante e transmitido de forma dinâmica é que vai conseguir maior atenção e participação dos seus alunos. Quando as relações forem ressignificadas para eles, a escola terá sentido. O conhecimento de novas práticas educativas fará a grande diferença para o jovem”, diz.

Ela explica que os mecanismos existentes hoje, como o grêmio e o conselho escolar, não são usados de forma plena. “A maioria das escolas ainda não foi capaz da sua construção como o espaço desejado de participação. Ainda há outros mecanismos de participação para os alunos, também em fase de construção ou de discussão, entre os quais, os conselhos de classe diferenciados, as reuniões para resolução de problemas de sala de aula, junto aos pais e à comunidade, a luta pela autonomia progressiva da escola e a participação e envolvimento dos alunos em todas as fases de aprendizado por meio de debates e oficinas significativos”, sugere.

Assunto: Lei obriga unidades de saúde de PE a instalarem brinquedotecas

Fonte: Portal G1 PE

Data: 20/06/2016



Brinquedoteca auxilia na distração e socialização de pacientes, segundo medida legislativa

atendimento de hospitais e clínicas públicas e particulares. “Essa é uma maneira de distrair a criança e de tranquilizá-la no ambiente hospitalar”, comenta. Segundo o texto da lei, o espaço visa à melhor reabilitação e socialização dos pacientes.

“No caso das unidades de alta complexidade, também é necessário ter profissionais especializados nas brinquedotecas”, explica o deputado. Ainda de acordo com a medida legislativa, os espaços que prestam serviço pediátrico de baixa complexidade devem disponibilizar espaços com brinquedos na sala de espera para crianças que aguardam atendimento.

Unidades de saúde de média e alta complexidade que prestam atendimentos pediátricos em Pernambuco deverão, obrigatoriamente, instalar uma brinquedoteca para crianças em suas dependências. A lei, publicada no Diário Oficial do Estado na última quarta (15), foi aprovada pela Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) e entrará em vigor dentro de seis meses.

Autor do projeto, o deputado Zé Maurício (PP) explicou que essa é uma forma de humanizar o

Assunto: Videoconferência divulga Programa Acolher para profissionais da rede de proteção da criança e do adolescente

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 20/06/2016



A Secretaria Estadual de Saúde, em parceria com a Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), promove, nesta quarta-feira (22/6), uma videoconferência para divulgar o Programa Acolher para profissionais da rede de proteção da criança e do adolescente. O evento, que será aberto ao público, acontece das 8h às 12h, no auditório da Secretaria, localizada na Rua Dona Maria Augusta Nogueira, 519, bairro do Bongi, no Recife.

O Programa Acolher consiste na implantação e uniformização da execução de serviços jurisdicionais no sentido do atendimento e assistência a mulheres que expressem o desejo de entregar o filho à adoção. As ações buscam garantir da convivência familiar de crianças, evitando que mulheres e famílias em situação de vulnerabilidade psicossocial incorram na prática do abandono, infanticídio, entrega e adoção ilegal de suas crianças.

Assunto: ADEPESC - STJ reconhece que a Defensoria Pública tem direito ao prazo em dobro inclusive no âmbito da Justiça da Infância e Adolescência

Fonte: ANADEP

Data: 20/06/2016



O Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgando Recurso Especial contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ/SC), reconheceu recentemente que a Defensoria Pública possui a prerrogativa de prazo em dobro inclusive no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A Defensora Pública Ludmila Drumond, que atua no Núcleo Recursal da instituição, interpôs Recurso Especial em face de decisão do TJ/SC que entendeu por intempestiva apelação da Defensoria Pública de Criciúma em favor de um adolescente ao qual havia sido imposta medida socioeducativa de liberdade assistida, pelo período inicial de 6 (seis) meses.

A decisão do STJ foi proferida pelo Ministro Antônio Saldanha Palheiro, que deixou claro que “a alteração do art. 198, II, do Estatuto da Criança e do Adolescente proferida pela Lei nº 12.594/2012 não modificou o benefício do prazo em dobro para recorrer conferido à Defensoria Pública“. O teor da decisão pode ser consultado no Recurso Especial nº 1.595.179/SC

Assunto: Juíza e testemunhas se fantasiam de princesas para comemorar adoção de menina

Fonte: Revista Galileu

Data: 20/06/2016

GALILEU



Danielle Koning e todas as princesas que acompanharam a audiência

Tribunais são lugares raramente — ou nunca — divertidos. Mas, para a pequena Danielle Koning, de 5 anos, o que prometia ser uma tarde chata e burocrática se tornou um momento mágico: em sua última audiência para completar um processo de adoção, ela foi recebida e prestigiada por princesas da Disney.

Ciente de que a garotinha adora os personagens da Disney, Laura Mitchell, diretora-executiva do centro de adoção em que Danielle morava, organizou a surpresa, que contou com testemunhas vestidas de Bela, Ariel, Rapunzel e Cinderela. Até a juíza entrou na festa e foi fantasiada de Branca de Neve, com direito à maçã envenenada.

A pequena Danielle já vivia com o casal Sarah e Jim Koning desde 2014 e, agora, o processo de adoção está finalmente completo e a garota foi integrada, definitivamente, à família.

Assunto: PM encontra 5 crianças abandonadas e com sinais de maus tratos em PE

Fonte: Portal G1 PE

Data: 20/06/2016



Cinco crianças foram encontradas em condições de abandono e maus tratos dentro de uma casa em Belo Jardim, Agreste de Pernambuco. De acordo com a Polícia Militar, o flagrante aconteceu na tarde de sexta-feira (18), no Distrito de Água Fria.

Segundo a PM, após uma denúncia recebida pelo Conselho Tutelar, os policiais foram com os conselheiros até o local, onde foi constatado o caso. Os conselheiros recolheram as crianças, que foram encaminhadas para um abrigo.

As mães das crianças - uma de 47 anos e outra de 25 anos - foram intimadas a comparecer na segunda-feira (20) ao Conselho Tutelar de Belo Jardim para esclarecimentos. Vizinhos delas informaram aos conselheiros que as crianças eram agredidas fisicamente, estavam sem alimentação e que as mães estavam sempre alcoolizadas.

Assunto: Programa canadense abre edital para promoção do desenvolvimento infantil

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância

Data: 20/06/2016



saving brains
A partnership of:

Grand Challenges Canada
Grand Challenges Canada
BILL & MELINDA GATES Foundation
ALAKA HANMANN FOUNDATION
Pelle Foundation
UBS
World Vision
Grand Challenges Ethiopia
ELMA

**Saving Brains:
Chamada de Propostas**

Prazo de Inscrição:
29 de Julho, 3:00 PM EDT
(corresponde às 16:00 no horário de Brasília)

Grand Challenges Canada é
financiado pelo Governo do Canadá
www.grandchallenges.ca

O programa “*Saving Brains*”, desenvolvido pelo Grand Challenges Canada, lançou novo edital para projetos de inovação na área de desenvolvimento infantil e receberá inscrições até 29 de julho. Desde 2013, por meio de uma parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), projetos brasileiros também podem participar da iniciativa.

O Programa “*Saving Brains*” financiará ideias inovadoras que se proponham a resolver desafios que impedem o pleno desenvolvimento da criança nos primeiros mil dias de vida, de forma a promover uma mudança sistêmica e sustentável. Os projetos selecionados receberão aporte financeiro de até 250 mil dólares canadenses, que poderão ser utilizados em até 24 meses, com foco em temas como: desnutrição, maus-tratos, negligência, estimulação, aprendizagem, entre outros.

“O Grand Challenge Canada é um parceiro importante da Fundação no incentivo à inovação em projetos para a Primeira Infância, identificando e incentivando iniciativas com condições de ganhar escala. Este é o quinto edital do programa e o terceiro elegível para o Brasil, que muito poderá contribuir para mudar a realidade do desenvolvimento da criança pequena no nosso país”, afirma o diretor presidente da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Eduardo de C. Queiroz.

As propostas podem contemplar produtos, serviços ou modelos de implementação que se mostrem acessíveis economicamente, viáveis para aplicação em larga escala e sustentáveis, sempre com base em evidências científicas. Desde o início da participação do Brasil, em

2013, cinco projetos brasileiros já foram apoiados pelo projeto, de um total de 52 iniciativas nacionais inscritas.

Para mais informações sobre as inscrições, basta acessar o portal: <http://www.grandchallenges.ca/saving-brains/>

Sobre o Grand Challenges Canada

Grand Challenges Canada é uma iniciativa que tem o objetivo de apoiar Bold Ideas with Big Impact™ (ideias ousadas com grande impacto) para a saúde mundial. Financiado pelo Governo do Canadá por meio do Fundo de Inovação e Desenvolvimento, anunciado no Orçamento Federal de 2008, o projeto financia projetos inovadores em países de baixa e média renda e no Canadá. O Grand Challenges Canada trabalha com o International Development Research Centre (IDRC), do Canadian Institutes of Health Research (CIHR), e com outras fundações e organizações mundiais, para encontrar soluções sustentáveis e de longo prazo por meio de Inovação Integrada – ideias arrojadas que integram ciência, tecnologia, inovação social e negócios. O Grand Challenges Canada está baseado no Sandra Rotman Centre, em Toronto.

Sobre a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Fundada em 1965, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal atua na promoção do desenvolvimento na Primeira Infância, período que vai da gestação aos seis anos de idade. Cumpre sua missão por meio de atividades de conscientização da sociedade, mobilização de lideranças, apoio à qualificação da educação infantil e programas de fortalecimento da família. A organização mantém projetos em parceria com municípios e estados, incentivo a pesquisas e inovação social, realização de cursos e workshops, elaboração de publicações, entre outras ações para expandir o conhecimento sobre a importância do desenvolvimento na Primeira Infância.